

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2023

Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Cada dia traz sua alegria e sua pena, e também sua lição proveitosa.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

O gavião

Gente olhando para o céu: não é mais disco voador. Disco voador perdeu o cartaz com tanto satélite beirando o sol e a lua. Olhamos todos para o céu em busca de algo mais sensacional e comovente – o gavião malvado, que mata pombas.

Retornamos assim à contemplação de um drama bem antigo, e há o partido das pombas e o partido do gavião. Os pombistas ou pombeiros (qualquer palavra é melhor que “columbófilo”) querem matar o gavião. Os amigos deste dizem que ele não é malvado; na verdade come a sua pombinha com a mesma inocência com que a pomba come seu grão de milho.

Não tomarei partido: admiro a túrgida inocência das pombas e também o lance magnífico em que o gavião se despenca sobre uma delas. Comer pombas é, como diria Saint-Exupéry**, “a verdade do gavião”, mas matar um gavião no ar com um belo tiro pode também ser a verdade do caçador.*

Que o gavião mate a pomba e o homem mate alegremente o gavião; ao homem, se não houver outro bicho que o mate, pode lhe suceder que ele encontre seu gavião em outro homem. A vida é rapina. A verdade é que não posso mais falar de aves: dei os meus passarinhos. Perdi os cantos do meu canário e os assovios do meu sofrê; meu coração está mais triste, mas está mais leve também.

* túrgida = intumescida, dilatada, cheia.

** Antoine de Saint-Exupéry, escritor francês.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **Ai de ti, Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, p. 163-164)

1. Ao tratar de gaviões e pombas, o autor do texto os vê
 - (A) no contexto de uma disputa natural cujo resultado previsível lhe parece injustificável.
 - (B) como elementos de uma aguda polarização que se manifesta em seus observadores.
 - (C) na condição de agentes de uma mesma violência que tem partidários de ambos os lados.
 - (D) como personagens rivais cuja mútua hostilidade anima as pessoas de índole selvagem.
 - (E) na situação dramática de criaturas cuja luta pela sobrevivência nos inspira a todos.

2. Ao afirmar, no contexto do último parágrafo, que *a vida é rapina*, o autor
 - (A) pretende estabelecer um marco divisório entre as criaturas pacíficas e as belicosas.
 - (B) considera o fato de que nos momentos de conciliação costuma ocultar-se um crime.
 - (C) evoca a justificativa de que a própria natureza nos fornece os meios para nos entendermos.
 - (D) estende à humanidade o princípio de que a violência é determinante entre os animais.
 - (E) mostra como é que tentamos justificar como atributo da natureza a violência que é só nossa.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *perdeu o cartaz* (1º parágrafo) = admitiu seus raros atributos.
 - (B) *contemplação de um drama bem antigo* (2º parágrafo) = admissão de um flagelo passado.
 - (C) *Não tomarei partido* (3º parágrafo) = não deixarei de me alinhar.
 - (D) *meu coração está mais triste, mas está mais leve* (4º parágrafo) = minha alma já não sustenta sua tristeza.
 - (E) *pode lhe suceder que ele encontre seu gavião* (4º parágrafo) = é possível que dê com seu predador.

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) Aos gaviões e às pombas não costumam faltar a empatia dos que pesam as razões do lado que lhes parecem mais favorável.
 - (B) Já não se ouve os cantos dos passarinhos de que nos desfizemos, mas também já não nos preocupa o que lhes podiam ameaçar.
 - (C) Comer pombas ou alvejar gaviões são opções que se apresentam àqueles a quem move a força de bem específicos interesses.
 - (D) Fazem falta ao autor do texto ouvir tanto os cantos do seu canário como os assovios do sofrê, de cujos encantos já não desfrutam.
 - (E) Sempre haverão os que defendem medidas drásticas quando se tratam de poupar as vítimas de uma violenta predação.

5. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
 - (A) Já não é o fulgurante brilho de um disco voador aquilo em que agora se fixa nossa atenção.
 - (B) O interesse do embate violento por cujo nos atraímos toma o partido uma ave contra a outra.
 - (C) É na defesa da fome do gavião onde se apoiam os defensores da lei do mais forte.
 - (D) A verdade na qual se refere o escritor Saint-Exupéry diz respeito a um ditame da natureza.
 - (E) A palavra columbófilo, de cuja o autor se desagradou, não é das mais afáveis ao ouvido.



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Expectativa e desempenho nossos]

Numa cultura como a nossa, que valoriza o indivíduo, espera-se de cada um que se faça ouvir e reconhecer pelo que tem de mais singular. Um dos grandes imperativos da época diz que é preciso expressar-se a qualquer preço. E acreditamos automaticamente que, se pudéssemos procurar fundo nas nossas tripas, encontraríamos pérolas. "Eu sou advogada, mas lá no fundo sou poeta ou romancista". "Eu sou engenheiro, mas lá no fundo sou viajante como Amyr Klink." Eu sou médica, mas há uma bailarina dentro de mim." O vínculo social tenta nos definir, mas a criatividade nos resgatará.

Valorizamos o indivíduo em suas expressões idealmente mais singulares. Portanto, as relações sociais nos parecem sempre suspeitas: será que elas não ameaçam a expressão de nossa subjetividade única e original? Apesar dos outros, que nos identificam socialmente, imaginamos que é possível ser "nós mesmos" e produzir algo de mais valor.

Muitos acabam pensando que, se não seguem sua vocação, é por causa do parceiro com quem vivem. "Não posso deixar de trabalhar; e à noite, quando volto para casa, não dá. Precisaria de solidão para tocar, escrever, pensar, treinar. Pedem de mim toda a atenção e não há como não conversar." Em suma, as necessidades da vida em família seriam responsáveis por nossas falências expressivas.

Surpresa e mistério: quando a reivindicação consegue ser satisfeita, ocorre um imprevisto: aliviado dos compromissos e das responsabilidades sociais, sozinho e com o tempo que pediu a Deus, livre e desembaraçado, o indivíduo nada cria, nada produz. O tempo e o espaço agora reservados ao seu gênio transformaram-se em caricatura de seus anseios de adolescência.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 299-300)

6. No contexto do 1º parágrafo, a frase *se pudéssemos procurar fundo nas nossas tripas, encontraríamos pérolas* se apresenta em linguagem figurada e reforça a crença de que, numa cultura como a nossa,
- (A) a valorização do indivíduo se comprova a cada vez que ele exerce toda a sua criatividade.
 (B) cada um imagina conter dentro de si um grande valor pessoal que ainda não se exteriorizou.
 (C) as vocações reais ficam tão ocultas que ninguém pode suspeitar que efetivamente as tem.
 (D) todos podemos ser artistas consagrados, desde que os outros assim nos reconheçam.
 (E) um individualismo doentio nos faz reprimir os valores verdadeiros que temos dentro de nós.
-
7. Expõe-se, ao final do texto, a ideia de que *nossas falências expressivas* (3º parágrafo)
- (A) são superadas a partir do momento em que desaparecem os entraves da nossa criatividade.
 (B) devem-se às altas expectativas que os outros alimentam em relação ao nosso real valor.
 (C) convivem diariamente com os esforços que fazemos para liberar nossa vocação artística.
 (D) constituem um mistério quando acreditamos que dentro de nós há lampejos de genialidade.
 (E) derivam dos nossos limites individuais e não da falta de meios para nossa explosão criativa.
-
8. Na frase *O tempo e o espaço agora reservados ao seu gênio transformaram-se em caricatura de seus anseios de adolescência* (4º parágrafo) o segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e o sentido básico original, pelo segmento
- (A) se alteraram drasticamente por conta dos impulsos juvenis.
 (B) comprovaram-se inúteis por sua absoluta falta de maturidade.
 (C) transfiguraram-se em formas rebaixadas de suas aspirações de jovem.
 (D) ridicularizaram-se por excesso de obstinação sua.
 (E) tornaram-se risíveis aos olhos de quem deixou de ser moço.
-
9. *Muitos acabam pensando que, se não seguem sua vocação, é por causa do parceiro com quem vivem.*
 No período acima, os tempos e modos verbais seguirão adequadamente articulados caso se substituam as formas sublinhadas, na ordem dada, por:
- (A) acabariam – seguirão – era – vivam
 (B) acabarão – seguissem – será – viveriam
 (C) acabavam – seguirem – fora – viverão
 (D) acabarão – seguirem – será – vivam
 (E) acabariam – seguissem – foi – viviam
-
10. *Muitos creem numa sua vocação profunda, e atribuem a essa vocação tanto mérito que não sabem como justificar que todos ignorem essa sua vocação, que não haja quem logo reconheça a força dessa vocação.*
 Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) lhe atribuem – a ignorem – lhe reconheça a força
 (B) a atribuem – a ignorem – em sua força
 (C) atribuem à ela – lhe ignorem – a reconheça como força
 (D) à qual atribuem – ignorem-na – reconheça a força da mesma
 (E) lhe atribuem – lhe ignorem – à força dela reconheceria

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Um juiz começa a ler um processo com 361 páginas em uma segunda-feira. De segunda a quinta-feira, ele lê 27 páginas por dia; na sexta-feira, ele lê 30 páginas; e, no sábado, 20 páginas. Aos domingos, ele não lê processos. Sabendo-se que a leitura foi feita de segunda a sábado em semanas consecutivas, o juiz precisou de
- (A) 3 terças-feiras.
(B) 2 segundas-feiras.
(C) 3 sábados.
(D) 3 sextas-feiras.
(E) 3 quintas-feiras.
-
12. Os convites para uma festa de formatura são numerados com quatro algarismos. Os dois primeiros identificam o formando e os demais algarismos identificam cada convidado do formando. Por exemplo, 0315 é o 15^a convite adquirido pelo formando 03. Se há 20 formandos e cada um vai adquirir, pelo menos, 1 convite e, no máximo, 20 convites, o número máximo de algarismos 4 que serão impressos será
- (A) 36
(B) 40
(C) 48
(D) 44
(E) 32
-
13. Uma pesquisa sobre preferência entre três canais de TV a cabo, A, B e C, foi feita com 400 respondentes. Dos participantes da pesquisa, 30% eram do sexo feminino. O canal A é preferido por 35% dos homens e o canal B é preferido por metade dos homens. O canal A recebeu 35% dos votos femininos. Entre as mulheres, o canal B obteve 10 votos a mais do que o canal C. Nessa pesquisa, a ordem de preferência dos canais pesquisados, do mais preferido ao menos preferido, é
- (A) A, C, B.
(B) A, B, C.
(C) B, A, C.
(D) B, C, A.
(E) C, B, A.
-
14. O quadro a seguir mostra os preços dos sucos praticados pelo estabelecimento XYZ.

Preços dos Sucos	
Laranja	#####
Uva	R\$ 15,50
Maçã	#####
Abacaxi	R\$ 13,00
Acerola	#####
Melancia	R\$ 12,50
Maracujá	R\$ 16,00

- Se o preço médio dos sucos de laranja, acerola e maçã é R\$ 16,00, então o preço médio dos sucos desse estabelecimento, em R\$, é
- (A) 15,50
(B) 15,00
(C) 14,50
(D) 13,50
(E) 14,00
-
15. Sabe-se que 15% da metade de um número mais 80% do dobro desse mesmo número vale 36. A igualdade que equivale a essa afirmação é
- (A) $0,15 \cdot 0,5x + 0,80x = 36$
(B) $0,90x + 0,80x = 36$
(C) $0,75x + 1,60x = 36$
(D) $0,15 \cdot 0,5x + 1,60x = 18$
(E) $0,15 \cdot 0,25x + 0,80x = 18$

**Legislação**

16. Um servidor de um Tribunal Regional do Trabalho propôs que as aquisições conjuntas de bens e serviços passem a ser realizadas por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública. Em um primeiro momento, houve dúvida sobre a legalidade dessa forma de aquisição. Todavia, o servidor enfatizou que essa prática é abarcada pela Resolução nº 400/2021 do CNJ e que, além de fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país, gera menor impacto ambiental, maior inclusão social, considera a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala. Esse tipo de contratação é denominada
- (A) acessível.
 - (B) compartilhada.
 - (C) seletiva.
 - (D) sustentável.
 - (E) eficiente.
-
17. Nos termos definidos no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região,
- (A) o Tribunal funcionará em sua composição plena, dividido em Câmaras, em Seções Especializadas e Turmas.
 - (B) Magistrados titulares cônjuges não poderão funcionar simultaneamente, salvo se convocados.
 - (C) o primeiro critério para determinação da antiguidade dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e dos Desembargadores do Trabalho é a data da posse.
 - (D) a aceitação do cargo pelos Presidente, Vice-Presidente e Corregedor eleitos é obrigatória, salvo recusa manifestada e aceita na última sessão antes da eleição.
 - (E) o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor eleitos tomarão posse e entrarão em exercício na primeira sessão ordinária após a eleição.
-
18. Em uma situação hipotética, se, em razão de um impedimento temporário, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região precisar se afastar, em momento em que o Vice-Presidente já esteja ausente, conforme dita o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, o Presidente será substituído pelo
- (A) Corregedor.
 - (B) Presidente da Seção Especializada 1.
 - (C) Presidente da Seção Especializada 2.
 - (D) Desembargador do Trabalho mais antigo no exercício da Presidência de uma das Turmas.
 - (E) Desembargador do Trabalho mais antigo do Tribunal.
-
19. A Lei nº 8.112/1990 define que servidor é a pessoa
- (A) aprovada em concurso público de provas e títulos.
 - (B) nomeada para provimento em cargo público.
 - (C) legalmente investida em cargo público.
 - (D) nomeada, em caráter efetivo, para cargo de confiança vago.
 - (E) designada para provimento de cargo de confiança vago, salvo na condição de interino.
-
20. Nos termos previstos na Lei nº 8.112/1990, considere os seguintes fatos:
- Servidor A: Sofreu limitações em sua capacidade física, verificada em inspeção médica, e foi investido em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com sua nova condição.
- Servidor B: Estava aposentado, mas precisou retornar à atividade por interesse da Administração.
- Servidor C: Já era servidor estável, foi aprovado em concurso para outro cargo no mesmo órgão, mas foi inabilitado no estágio probatório e retornou ao cargo anteriormente ocupado.
- Esses servidores passaram, correta e respectivamente, pelos processos de
- (A) readaptação, reversão e recondução.
 - (B) aproveitamento, reintegração e reversão.
 - (C) readaptação, reintegração e recondução.
 - (D) aproveitamento, reversão e recondução.
 - (E) readaptação, reversão e reintegração.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Os moradores de determinado bairro em uma pequena cidade do Estado de Santa Catarina se uniram para formar a "Associação Amigos do Bairro", com o objetivo de defender os interesses de todos que ali residem. Em conformidade com a Constituição Federal, a criação dessa associação
- (A) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados judicialmente, quando expressamente autorizada por eles, ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
 - (B) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente quando por eles expressamente autorizada.
 - (C) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente quando expressamente por eles autorizada.
 - (D) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados judicialmente, quando expressamente autorizada por eles, ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
 - (E) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e, sendo criada, terá ela legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
-
22. Guilherme, trabalhador urbano, de acordo com a Constituição Federal, nos termos da lei, cumpridos os requisitos necessários, possui, dentre outros, direito
- (A) à remuneração do trabalho noturno igual à do diurno bem como à ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de 5 anos.
 - (B) à licença-paternidade, bem como ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de 30 dias.
 - (C) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
 - (D) ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, bem como à remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em 50% à do normal.
 - (E) à licença-paternidade, bem como ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias.
-
23. Fernanda, brasileira, estava a serviço do Brasil na Colômbia quando sua filha Carolina nasceu em território colombiano. Em conformidade com a Constituição Federal, Carolina
- (A) é considerada brasileira naturalizada se registrada no órgão competente, pois sua mãe é brasileira.
 - (B) não é brasileira nata, tampouco naturalizada, independentemente de sua mãe ser brasileira e estar em território colombiano a serviço do Brasil quando de seu nascimento, pois nasceu na Colômbia.
 - (C) é brasileira nata, pois sua mãe é brasileira e estava na Colômbia a serviço do Brasil.
 - (D) é brasileira naturalizada, independentemente de registro em órgão competente, pois sua mãe é brasileira.
 - (E) é brasileira nata, desde que venha a residir no Brasil e opte, a qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
-
24. Carlos, brasileiro nato, 51 anos, é engenheiro. Edna, brasileira nata, 61 anos, é professora aposentada. Débora, brasileira naturalizada, 35 anos, é advogada. Considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, o alistamento eleitoral e o voto são
- (A) obrigatórios para Carlos, Edna e Débora.
 - (B) obrigatórios para Carlos e facultativos para Edna e Débora.
 - (C) facultativos para Carlos e proibidos para Edna e Débora.
 - (D) facultativos para Carlos e Edna e proibidos para Débora.
 - (E) facultativos para Carlos, Edna e Débora.
-
25. Com base nos Princípios Fundamentais contidos na Constituição Federal,
- (A) a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a soberania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - (B) são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
 - (C) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da intervenção e da prevalência dos direitos humanos, dentre outros.
 - (D) a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da autodeterminação dos povos e da proibição da concessão de asilo político, dentre outros.
 - (E) a República Federativa do Brasil buscará a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana das nações, não sendo permitida, contudo, a integração econômica e política desses povos.



26. O Partido Político "Partido de Proteção dos Animais" foi criado resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Em conformidade com a Constituição Federal, o "Partido de Proteção dos Animais", observados os demais preceitos nela previstos,
- (A) não pode receber recursos financeiros de entidade estrangeira, sendo permitido, contudo, o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro; e deve prestar contas exclusivamente à Justiça Federal.
 - (B) pode receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros; e deve prestar contas à Justiça Eleitoral.
 - (C) pode receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros; e deve prestar contas exclusivamente à Justiça Federal.
 - (D) não pode receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros; e deve prestar contas à Justiça Eleitoral.
 - (E) não pode receber recursos financeiros de governo estrangeiro, sendo permitido, contudo, o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira; e deve prestar contas à Justiça Eleitoral.

27. De acordo com a Constituição Federal, considere:

- I. A execução, desde que requerida por qualquer das partes, de todas as contribuições sociais, sem seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.
- II. Os mandados de segurança e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- III. As ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- IV. As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

Cabe à Justiça do Trabalho processar e julgar, dentre outras competências, o que consta em

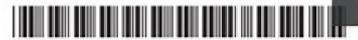
- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Direito Administrativo

28. Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021),
- (A) será nula a decisão de mérito total ou parcial da ação de improbidade administrativa que, dentre outra hipótese, condenar o requerido por tipo diverso daquele definido na petição inicial.
 - (B) a decisão judicial que converte a ação de improbidade administrativa em ação civil pública é irrecurável, por expressa disposição legal nesse sentido.
 - (C) ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação de improbidade; no entanto, o seu silêncio poderá implicar confissão.
 - (D) aplica-se na ação de improbidade administrativa o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito.
 - (E) havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, pelo prazo máximo de 30 dias.
29. Considere que, Márcia, servidora pública federal, ocupante de cargo efetivo, obteve licença por motivo de doença em pessoa da família e pretende exercer atividade remunerada durante o período da licença narrada. Já sua colega Jéssica, também servidora pública federal, ocupante de cargo efetivo, está em estágio probatório e pretende obter licença para tratar de interesses particulares pelo prazo consecutivo de 4 anos, sem remuneração. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Márcia
- (A) poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença; e Jéssica não terá direito à licença pretendida, tendo em vista que está em estágio probatório, embora os demais requisitos descritos estejam em observância ao texto legal.
 - (B) poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença; e Jéssica terá direito à licença pretendida, uma vez que presentes os requisitos legais para tanto.
 - (C) não poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença; e Jéssica terá direito à licença pretendida, uma vez que presentes os requisitos legais.
 - (D) não poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença; e Jéssica não terá direito à licença pretendida, tendo em vista que está em estágio probatório, além de ser uma licença concedida pelo prazo máximo de 3 anos consecutivos.
 - (E) poderá exercer atividade remunerada durante o período de sua licença; e Jéssica não terá direito à licença pretendida, pois, embora tal licença possa ser concedida ao servidor em estágio probatório, o seu prazo máximo é de 2 anos consecutivos.



30. Um órgão administrativo e seu titular desejam delegar parte da sua competência a outro órgão hierarquicamente subordinado ao primeiro, por conveniência e em razão de circunstâncias de índole técnica. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,
- (A) em se tratando de decisões de recursos administrativos, podem as mesmas serem objeto de delegação, haja vista expressa disposição legal nesse sentido.
 - (B) o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
 - (C) o ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação, não podendo, todavia, conter ressalva de exercício da atribuição delegada.
 - (D) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pela autoridade delegante.
 - (E) o ato de delegação e sua revogação não necessitam de publicação em meio oficial, mas devem ser formalizados em regular processo administrativo, de forma a garantir a observância ao princípio da legalidade, e conferir transparência aos atos administrativos.
-
31. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, na modalidade licitatória *diálogo competitivo* será observada, dentre outras, a seguinte disposição:
- (A) O diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de, pelo menos, 3 servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, vedada a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.
 - (B) Os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, não sendo admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos, mas sim um número fixo dentre eles, sob pena de tornar inviável a realização da licitação.
 - (C) A Administração poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas por um dos licitantes, independentemente de seu consentimento, haja vista a publicidade norteadora do certame.
 - (D) A Administração definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados ao final da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado.
 - (E) A Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
-
32. A respeito dos direitos dos usuários de serviços públicos, previstos na Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime jurídico de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, considere:
- I. Constitui direito dos usuários de serviços públicos, dentre outros, o de receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.
 - II. As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de cinco datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
 - III. Constitui direito dos usuários de serviços públicos, dentre outros, o de obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as normas do poder concedente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II.
-
33. No que concerne aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), além da prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, outra pena restritiva de direitos substitutiva das privativas de liberdade prevista no referido Diploma Legal é a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de
- (A) 1 a 6 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que poderá ser aplicada autônoma ou cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
 - (B) 6 meses a 1 ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que poderá ser aplicada autônoma ou cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
 - (C) 1 a 6 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que não poderá ser aplicada cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
 - (D) 6 meses a 1 ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que não poderá ser aplicada cumulativamente à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.
 - (E) 6 meses a 1 ano, com a perda dos vencimentos e das vantagens, que deverá ser aplicada de forma cumulativa à prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.



34. Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), a revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado
- (A) levará em conta as orientações gerais e individuais da atualidade, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
 - (B) não levará em conta qualquer orientação anterior, pois a declaração de invalidade é medida inafastável, de modo a se evitar a manutenção de atos viciados.
 - (C) levará em conta as orientações individuais da época, admitindo-se que, com base em mudança posterior de orientação, se declarem inválidas situações plenamente constituídas, sem prejuízo de eventual direito indenizatório.
 - (D) levará em conta as orientações gerais da atualidade, admitindo-se que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
 - (E) levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

Direito do Trabalho

35. Pretendendo contratar empregado por prazo determinado, pelo prazo de 18 meses, o empregador deve observar que
- (A) o contrato não poderá ser prorrogado quando do seu término, tendo em vista que a legislação somente autoriza prorrogação pelo mesmo período e, neste caso, seria ultrapassado o prazo máximo de 2 anos previsto para duração dos contratos por prazo determinado.
 - (B) independentemente do período pretendido, eventual prorrogação do contrato depende de anuência expressa do empregado, e deve ter a mesma duração do prazo inicialmente previsto quando da sua celebração.
 - (C) é necessário notificar o empregado com 30 dias de antecedência, sendo que a ausência do aviso prévio implicará no pagamento de indenização correspondente aos salários faltantes para o término do contrato, em caso de rescisão antecipada.
 - (D) havendo no contrato cláusula que preveja a possibilidade de rescisão antecipada, se exercida a previsão contratual, a indenização devida ao empregado será paga pela metade.
 - (E) a celebração de novo contrato por prazo determinado com o mesmo empregado somente poderá ocorrer após seis meses do término do primeiro contrato, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
36. Sobre a prescrição no Direito do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem entendimento sumulado no sentido de que
- (A) nas ações que objetivem reenquadramento de função, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado, enquanto que nas ações que objetivem corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 anos anteriores ao ajuizamento.
 - (B) a pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição total, enquanto que a pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida sujeita-se à prescrição parcial e quinzenal.
 - (C) o ajuizamento de ação trabalhista, ainda que esta seja arquivada, suspende o prazo prescricional em relação aos pedidos idênticos.
 - (D) o direito ao recolhimento das contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) permanece, ainda que tenha ocorrido a prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias.
 - (E) a transferência do regime jurídico de celetista para estatutário não implica em extinção do contrato de trabalho, razão pela qual a ação para pleitear direitos decorrentes do período celetista prescreve em cinco anos após a mudança de regime.
37. Considerando a sucessão de empregadores como instituto que se fundamenta na garantia dos direitos trabalhistas, na despersonalização do empregador e na continuidade da relação de emprego, e de acordo com o entendimento pacificado pela jurisprudência,
- (A) havendo sucessão de pessoa jurídica de direito privado pela União ou por Estado-membro, a penhora realizada anteriormente à sucessão não é válida, devendo a execução prosseguir mediante precatório.
 - (B) celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa outorga definitivamente a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, bens de sua propriedade, a sucessora responde pelos direitos decorrentes dos contratos rescindidos antes e depois da concessão.
 - (C) havendo grupo econômico, ainda que o sucessor apenas compre algumas das empresas do grupo, este terá responsabilidade solidária pelos débitos trabalhistas de todas as integrantes do grupo, ainda que não seja o caso de má-fé ou fraude na sucessão.
 - (D) não se pode imputar responsabilidade solidária à empresa que adquiriu unidade produtiva em processo de recuperação judicial, tendo em vista que tal hipótese não acarreta a sucessão de créditos trabalhistas pela arrematante.
 - (E) a criação de novo município, por desmembramento, é hipótese típica de sucessão trabalhista, sendo o município criado o responsável pela integralidade dos direitos dos empregados que, vindos do município originário, passaram a lhe prestar serviço.



38. A exigência de apresentação de certidão de antecedentes criminais pelos candidatos a emprego,
- (A) não é legítima, ainda que não traduza tratamento discriminatório, não sendo justificável, independentemente da natureza do ofício ou do grau especial de fidúcia exigido, gerando o direito a indenização por dano moral.
 - (B) quando não amparada em expressa previsão legal ou não se justificar em razão da natureza do ofício ou do grau especial de fidúcia exigido, caracteriza dano moral *in re ipsa*, passível de indenização, independentemente de o candidato ao emprego ter ou não sido admitido.
 - (C) não é legítima, quando traduza tratamento discriminatório, sendo que a caracterização do dano moral e o direito à respectiva indenização dependem da comprovação da conduta discriminatória.
 - (D) é legítima e não caracteriza lesão moral quando se tratar de vaga para empregados domésticos, cuidadores de menores, idosos ou deficientes (em creches, asilos ou instituições afins), não sendo legítima, porém, para a contratação de motoristas rodoviários de carga e bancários.
 - (E) é legítima e não caracteriza lesão moral quando se tratar de vaga para empregados domésticos, cuidadores de menores, idosos ou deficientes (em creches, asilos ou instituições afins), não sendo legítima, porém, para a contratação de empregados que laboram no setor da agroindústria no manejo de ferramentas de trabalho perfurocortantes ou que atuam com substâncias tóxicas, entorpecentes e armas.
-
39. O repouso semanal remunerado, garantido constitucionalmente, é assegurado aos empregados urbanos, rurais e domésticos, preferencialmente aos domingos, sendo que
- (A) sua duração pode ser reduzida mediante previsão em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
 - (B) as faltas injustificadas do empregado ao serviço durante a semana implicam na perda do direito ao gozo do mesmo.
 - (C) a majoração do seu valor em decorrência da integração das horas extras habituais deve repercutir no cálculo efetuado pelo empregador das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, não caracterizando *bis in idem*.
 - (D) os empregados quinzenalistas devem ter seu repouso semanal remunerado calculado e pago, considerando-se o valor de um dia de trabalho, com indicação, em rubrica separada, no recibo de pagamento mensal.
 - (E) para os empregados que cumprem jornada de trabalho de 12 x 36, a remuneração mensal pactuada não abrange o pagamento devido pelo repouso semanal remunerado, que deve ser calculado e pago considerando-se o valor de um dia de trabalho, com indicação, em rubrica separada, no recibo de pagamento mensal.
-
40. A convenção coletiva de trabalho e o acordo coletivo de trabalho, como instrumentos normativos,
- (A) contêm cláusulas normativas que integram os contratos individuais de trabalho, que somente podem ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.
 - (B) têm vigência de, no máximo, quatro anos, sendo vedada estipulação de duração superior e a ultratividade de suas cláusulas.
 - (C) podem ser prorrogados, revistos, denunciados ou revogados total ou parcialmente, mediante solicitação ao órgão competente do Ministério do Trabalho.
 - (D) devem ser celebrados por escrito e ser submetidos a uma publicidade razoável, consistente no depósito, no prazo de oito dias contados de sua assinatura, no órgão correspondente do Ministério do Trabalho e, ainda, após cinco dias dessa providência, afixados nas respectivas sedes dos sindicatos e nos estabelecimentos das empresas compreendidas na sua abrangência.
 - (E) são aplicáveis aos empregados que atuam na atividade preponderante do empregador, sendo também aplicáveis aos empregados integrantes de categoria profissional diferenciada, desde que sindicalizados.
-
41. Sobre o direito a férias, analise as seguintes assertivas:
- I. É devida em dobro a remuneração de férias, incluindo o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha efetuado o pagamento após o prazo previsto em lei, qual seja, até dois dias antes do início do respectivo período.
 - II. Não obstante se caracterize como um período sem trabalho e no qual o empregado não está à disposição do empregador, as férias são consideradas como tempo de serviço para todos os efeitos legais.
 - III. Não terá direito a férias o empregado que receber da Previdência Social por mais de seis meses, embora descontínuos, prestações decorrentes de acidentes de trabalho ou de auxílio-doença.
 - IV. O abono de férias deverá ser requerido pelo empregado até quinze dias antes do início do período concessivo.
 - V. As férias dos menores de 18 anos e dos maiores de 50 anos poderão ser fracionadas em até dois períodos, sendo que nenhum deles pode ser inferior a quatorze dias.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) III e V.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e V.

**Direito Processual do Trabalho**

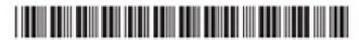
42. De acordo com o entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em dissídio individual está sujeita ao reexame necessário decisão contrária à Fazenda Pública, EXCETO
- (A) quando a condenação da União, dos Estados e do Distrito Federal e suas respectivas autarquias e fundações de direito público não ultrapassar o valor correspondente a 1.000 salários mínimos e quando a condenação dos Municípios, suas respectivas autarquias e fundações de direito público não ultrapassar o valor de 500 salários mínimos.
 - (B) se estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
 - (C) em mandado de segurança, ainda que na relação processual figure pessoa jurídica de direito público que tenha sido prejudicada pela concessão da ordem.
 - (D) em ação rescisória, quando a decisão, ainda que desfavorável ao ente público, estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) quando fundada em Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
-
43. Não estão sujeitos à execução os bens considerados como impenhoráveis ou inalienáveis, entre eles,
- (A) a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 60 salários mínimos.
 - (B) a pequena propriedade rural familiar constituída de mais de um terreno, desde que contínuos e com área total inferior a seis módulos fiscais no município de localização.
 - (C) os materiais necessários para obras em andamento, ainda que essas sejam penhoradas.
 - (D) os imóveis do casal, ou entidade familiar, utilizados como residência, para moradia permanente ou temporária.
 - (E) os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.
-
44. Conforme a interpretação sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre as hipóteses de cabimento de ação rescisória,
- (A) caracteriza dolo processual o fato de a parte vencedora ter silenciado a respeito de fatos contrários a ela, revelando tal procedimento ardil do qual resulta cerceamento de defesa que tem como consequência uma sentença não condizente com a verdade.
 - (B) a conclusão acerca da ocorrência de violação literal a disposição de lei pressupõe pronunciamento explícito, na sentença rescindenda, sobre a matéria veiculada, não se considerando pronunciada explicitamente a matéria quando, examinando a remessa de ofício, o Tribunal simplesmente a confirma.
 - (C) ainda que esta tenha por fundamento violação de dispositivo de lei, prescindível o pronunciamento explícito quando o vício nasce no próprio julgamento, como se dá com a sentença *extra, citra e ultra petita*.
 - (D) é prova nova apta a viabilizar a desconstituição de julgado sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda.
 - (E) a sentença homologatória, que silencia sobre os motivos de convencimento do juiz, se mostra rescindível, por ausência de pronunciamento explícito.
-
45. A descon sideração da personalidade jurídica é aplicável ao processo do trabalho, sendo que
- (A) o incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento e no cumprimento definitivo de sentença, não sendo cabível, no entanto, no cumprimento provisório de sentença.
 - (B) deve ser instaurado o incidente ainda que a descon sideração tenha sido requerida na petição inicial.
 - (C) da decisão proferida por relator, acolhendo ou rejeitando a descon sideração requerida originalmente no tribunal, cabe agravo interno.
 - (D) a instauração do incidente, como regra, não suspende o processo, dependendo, eventual suspensão, de concessão de tutela de urgência de natureza cautelar.
 - (E) instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 10 dias.
-
46. Quanto às custas relativas ao processo na Justiça do Trabalho,
- (A) a parte autora, ainda que beneficiária da justiça gratuita, será condenada ao pagamento das custas processuais em caso de ausência injustificada à audiência.
 - (B) a isenção de seu pagamento não abrange as sociedades de economia mista, mas alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
 - (C) não ocorre deserção de recurso de empresa em liquidação extrajudicial ou em recuperação judicial por falta de seu pagamento.
 - (D) nos dissídios individuais, não sendo líquida a condenação, as custas incidirão à base de 2% sobre o valor da causa.
 - (E) em caso de acordo, se de outra forma não for convencionado, as custas serão calculadas com base no respectivo valor acordado, e serão pagas pelo reclamado.



47. No processo do trabalho, ao reclamado compete, antes de discutir o mérito da ação, apresentar as defesas de natureza processual, alegando
- (A) incompetência territorial do juízo.
 - (B) perempção, como extinção do direito de acesso à Justiça, em razão de ter o autor dado causa a dois arquivamentos consecutivos.
 - (C) convenção de arbitragem, bastando, para tanto, haver cláusula compromissória de arbitragem no contrato de trabalho.
 - (D) defeito de representação se, aberto prazo para sua regularização, a parte não atender à determinação judicial.
 - (E) falta de caução ou de outra prestação que a lei exija como preliminar.
-
48. Sendo o recurso de revista um recurso de âmbito restrito, o mesmo será cabível se o recorrente demonstrar que
- (A) a interpretação dada a lei no acórdão diverge da que tenha sido adotada, sobre o mesmo dispositivo legal, por outro Tribunal Regional do Trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) através de uma de suas Turmas ou pela Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI), ou por Súmula do TST ou Súmula Vinculante.
 - (B) há transcendência da causa com relação aos reflexos gerais de natureza subjetiva (interesse social e político) e de natureza objetiva (interesse econômico).
 - (C) a decisão proferida em causa sujeita ao procedimento sumaríssimo adota interpretação divergente da que tenha sido adotada, sobre o mesmo dispositivo legal, por outro Tribunal Regional do Trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) através de uma de suas Turmas ou pela Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI), ou por Súmula do TST ou Súmula Vinculante.
 - (D) o recurso fundamenta-se em negativa de prestação jurisdicional, o que afasta a exigência de prequestionamento.
 - (E) a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho em execução de sentença ofende direta e literalmente norma da Constituição Federal.

Direito Civil

49. O direito de laje, previsto no artigo 1.510-A do Código Civil, constitui direito
- (A) real, em que a unidade imobiliária autônoma é constituída em matrícula própria e na qual o titular pode dela usar, gozar e dispor.
 - (B) obrigacional, em que, por ajuste verbal ou escrito, o proprietário de uma construção-base cede a superfície superior ou inferior de sua construção, a fim de que o titular da laje possa ali edificar.
 - (C) contratual decorrente do comodato, o qual tem por principais características a gratuidade e a limitação temporal do ajuste.
 - (D) obrigacional, no qual é permitida a cessão da superfície superior e vedada a cessão da área inferior da construção-base.
 - (E) real, em que a instituição da laje implica em atribuição de fração ideal do terreno ao titular da laje.
-
50. Marcelo, de 17 anos, foi atropelado por César em via pública no ano de 2023. Em eventual ação de reparação civil extracontratual a ser ajuizada pelo adolescente em face de César, o prazo prescricional será de
- (A) 3 anos, contados da data em que Marcelo atingir a maioridade civil.
 - (B) 5 anos, contados da data em que Marcelo atingir a maioridade civil.
 - (C) 5 anos, contados da ciência do fato pelos representantes legais de Marcelo.
 - (D) 3 anos, contados da violação do direito.
 - (E) 5 anos, contados da violação do direito.
-
51. De acordo com o Código Civil, os partidos políticos são
- (A) autarquias.
 - (B) pessoas jurídicas de direito público externo.
 - (C) associações públicas.
 - (D) entidades de caráter público criadas por lei.
 - (E) pessoas jurídicas de direito privado.
-
52. Considere as seguintes assertivas sobre contratos no Código Civil:
- I. A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
 - II. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
 - III. Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
 - IV. Nas relações contratuais privadas, prevalecerão os princípios da habitualidade e da intervenção máxima da revisão contratual.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) III e IV.



53. Aline e Carlos são filhos de Amanda, falecida em 2020, e netos de Bruno, o qual é viúvo e pai de Amanda (falecida), Miriam (viva), Caio (vivo) e Kaique (vivo). No ano de 2023, Bruno faleceu e não deixou testamento. Na partilha de seus bens, Aline e Carlos
- (A) serão herdeiros por direito de representação e cada um deles terá direito a 12,5% da herança.
 - (B) herdarão por cabeça e cada um deles terá direito a 20% da herança.
 - (C) serão herdeiros por direito de representação e cada um deles terá direito a 20% da herança.
 - (D) herdarão por cabeça e cada um deles terá direito a 16,66% da herança.
 - (E) não terão direito à herança, porque eram apenas netos de Bruno.

54. Acerca do nome empresarial, a
- (A) denominação será composta com o nome de um ou mais sócios, de modo indicativo da relação social.
 - (B) firma deve designar o objeto da sociedade, sendo permitido nela figurar o nome dos sócios.
 - (C) sociedade limitada pode adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura.
 - (D) omissão da palavra "limitada" não acarreta a responsabilidade solidária dos administradores que assim empregarem o nome empresarial da sociedade limitada.
 - (E) firma será composta com o nome de um ou mais sócios, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, de modo indicativo da relação social.

Direito Processual Civil

55. Em ação que discute o estado da pessoa, com o objetivo de declarar sua incapacidade civil, há sentença de mérito julgando procedente o pedido para decretar a interdição da parte requerida. O curador especial da parte ré interpôs recurso de apelação contra a decisão. A apelação, de acordo com o Código de Processo Civil, terá efeito
- (A) devolutivo, pois as apelações interpostas por curador especial gozam de remessa obrigatória.
 - (B) suspensivo, pois, em regra, as apelações gozam de efeito suspensivo legal.
 - (C) suspensivo, pois as apelações interpostas por curador especial gozam de efeito suspensivo legal.
 - (D) devolutivo, pois a decisão produzirá efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença.
 - (E) suspensivo, pois nas ações de estado da pessoa, as apelações gozam de efeito suspensivo legal.

56. De acordo com o Código de Processo Civil, é impenhorável
- (A) o rendimento do bem inalienável em qualquer caso.
 - (B) o seguro de vida.
 - (C) o bem móvel que serve apenas para adornar escritório profissional.
 - (D) o pertence de elevado valor de uso pessoal do executado.
 - (E) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, ainda que ociosa.

57. Sobre a competência no Código de Processo Civil, a ação fundada em direito pessoal ou direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro
- (A) de domicílio do réu.
 - (B) de qualquer uma das partes, à escolha do autor.
 - (C) da situação da coisa móvel, cujo juízo tem competência absoluta.
 - (D) de domicílio do autor.
 - (E) de eleição, cujo juízo tem competência absoluta.

58. José é fiador em contrato de locação firmado por seu irmão, Jonas, o qual está inadimplente. Em razão disso, José foi demandado exclusivamente pelo locador em ação de cobrança. Considerando o contexto e as modalidades de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, José poderá realizar nos autos pedido de
- (A) exclusão do polo passivo por ilegitimidade passiva.
 - (B) denúncia à lide.
 - (C) chamamento ao processo.
 - (D) assistência litisconsorcial.
 - (E) assistência simples.

59. A decisão do Tribunal de Justiça que sobrestar o recurso extraordinário que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal é recorrível por
- (A) mandado de injunção.
 - (B) agravo em recurso extraordinário.
 - (C) mandado de segurança.
 - (D) reclamação.
 - (E) agravo interno.

60. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, são partes legítimas para ingressar com ações perante o Juizado Especial Cível:
- (A) os incapazes, mediante representação ou assistência de seus representantes legais.
 - (B) as pessoas presas.
 - (C) os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
 - (D) as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
 - (E) as pessoas jurídicas de direito público e as empresas públicas da União.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: Conforme Edital publicado [...] *Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9 do referido Edital. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 Conteúdo – até 4 (quatro) pontos: a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 Estrutura – até 3 (três) pontos: a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 Expressão – até 3 (três) pontos: A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo/Área/Especialidade; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez). 10.9.1 Para os candidatos que concorrem às vagas de ampla concorrência e/ou vagas para deficientes considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota igual ou superior a 6,00 (seis). 10.9.2 Para os candidatos autodeclarados pretos ou pardos, de acordo com a Resolução nº 516/2023 do CNJ, considerar-se-á habilitado o candidato que tiver obtido nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, conforme item 10.9.1 do Edital. 10.9.2.1 Restará habilitado o candidato preto ou pardo que obtiver nota igual ou superior a 4,80 (quatro vírgula oitenta).*

Há quem acredite que nenhuma forma de humor deve ser censurada. Mas há também os que consideram que uma piada pode fortalecer um preconceito, fazer sofrer, promover uma injustiça.

Um dos debates públicos mais difíceis travados hoje em dia diz respeito a haver ou não limite para o humor. Redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza seu ponto de vista a respeito desse debate.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18

RASCUNHO



19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO